

ETNIA E RELAÇÕES DE PODER: o caráter político das "minorias étnicas" desde uma perspectiva Sul-Sul

Fernando Ribot Cortés'

Resumo

Este texto analisa os conceitos de "minoría" e "maioría" entendidos como expressões de uma menor ou maior força política. As "minorias étnicas" representam projetos políticos minoritários que advogam pela não discriminação social e económica de valores culturais não hegemónicos. Uma análise comparativa horizontal entre contextos periféricos, definidos como tais pela globalização hegemónica, pode contribuir para novos e próprios modelos de análise e interpretação de sua realidade social específica, os quais podem ajudar a definir alternativas de globalização que harmonizem interesses globais e locais através de projetos políticos majoritários de integração social fundamentados na valorização da diversidade étnica.

Palavras-chave: Minorias étnicas. Contextos periféricos. Global. Local. Hegemonia. Discriminação.

Abstract

This text analyses the concepts of "minority" and "majority" understood as expressions from a viewpoint of a smaller or bigger political force. The "ethnic minorities" represent minority political projects which advocate for the social and economic non-discrimination of non-hegemonic cultural value. A horizontal comparative analysis between peripheral contexts, defined as such by hegemonic globalization, can contribute for new and own models of analysis and interpretations of its peripheral social reality, which can help to define alternatives for globalization that harmonize global and local interests through major political projects of social integration substantiated on the valorization of ethnic diversity.

Key-words: Ethnic minorities. Peripheral contexts. Global. Local. Hegemony. Discrimination.

• Universidad de Valladolid (UVA), Espanha e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

Introdução

O processo hegemônico global fundamentado na crescente internacionalização do capitalismo supôs a universalização da indústria, do Estado-Nação, da democracia, de tecnologia e dos meios de comunicação de massa. Desde algumas décadas, a cultura de massa e o consumo vêm produzindo uma suposta uniformização que, acentuada a partir dos anos 1990, parece estar diluindo as diferenças culturais.

Ao mesmo tempo e de maneira contrária a essa suposta "uniformização", no atual contexto que qualificamos de pós-moderno (HARVEY, 2001), vivemos uma perda de universalismo das "escolas teóricas", estes conjuntos organizados de conceitos originários de diferentes tradições intelectuais que constituíam e delimitavam os diferentes campos do saber. Revalorizam-se a subjetividade e o particularismo. Em consequência, gozamos de uma maior flexibilidade e interdisciplinaridade acadêmicas acompanhadas de uma fragilidade ou crise de paradigmas. Os novos paradigmas das ciências humanas reassumem a especificidade do ser humano como ser de linguagem, submetendo os modelos explicativos às possibilidades interpretativas da hermenêutica, descobrindo na expressão simbólica os conteúdos significativos (FOUCAULT, 1981; GEERTZ, 1989). Deste modo, são reafirmadas a natureza cultural humana e a importância intrínseca ao humano da "diferenciação cultural", construída em processos específicos de identidade coletiva.

O ser humano como objeto de estudo perde objetividade e ganha capacidade simbólica. Apresenta-se como um ser caracterizado pela subjetividade e pela consciência de si mesmo como indivíduo. Os modelos universais cedem gradualmente às formas mais particulares e individuais de ação e de comportamento. O "eu" e o "outro", o "próximo" e o "distante" se redefinem e a sociedade se reorganiza sobre novos conceitos. Um deles, que parece organizar os seres humanos mediante alianças mais fortes que as conseguidas pelo "nacionalismo" ou as "classes sociais", é o de "minorias".

A Identidade

O que "é" necessita do que "não é" para existir. O "eu" necessita do "outro" para existir. Os opostos se necessitam mutuamente para existir. Só a

partir da diferença pode se construir e se entender a igualdade. A questão da alteridade, da compreensão e da construção das identidades sempre foi objeto de estudo específico para a antropologia. Nos dias atuais, o desenvolvimento do capitalismo e a globalização supostamente aproximam os modos de vida, desestruturando os processos de construção de identidades. As instituições sociais se debilitam e a cultura de massa homogeneiza os imaginários num certo nível, o que supostamente pode dificultar a consolidação das identidades individuais e coletivas diferenciadas.

As presentes crises de identidade pós-modernas supõem mudanças epistemológicas, com paradigmas mais interpretativos de investigação e análises, os quais permitem o abandono das formas "estáticas" de identidade: normativas, regulares ou institucionais (como a família ou a nação), para investigar mecanismos emergentes mais "dinâmicos" de construção de identidade. Tais mecanismos emergentes são de natureza política e cultural. Entre eles se destaca a organização das "minorias".

Na sociedade global reinante constatamos que quanto mais se massifica e homogeneiza a sociedade, mais os grupos sociais buscam sua originalidade através de novas construções de identidade. Os setores populacionais da sociedade existente definem sua própria história, justificativas, organização e reivindicações. Cada um deles criou e afirmou sua própria identidade, imprimindo novas diferenças na realidade social. Novos movimentos sociais disfarçam a homogeneização da sociedade, dando à noção de cidadania um novo sentido.

A sociedade encobre diferenças e discriminações, que só podem ser enfrentadas mediante as necessárias ações particulares, dirigidas e organizadas por esses grupos que se sentem especialmente excluídos de certos benefícios sociais, passando do discurso à ação baseada na "diferenciação".

As minorias

O princípio de maioria como força política nasce com a democracia grega. O "voto direto" da maioria dos cidadãos na Assembléia legitimava politicamente a decisão desta. Ao não estender a cidadania às mulheres, aos escravos e nem aos estrangeiros, essas decisões políticas representavam a vontade de uma elite e não a de uma maioria da população como um todo.

Com a "democracia indireta", o conceito de "maioria" também deixou de representar quantidade para expressar um princípio de força política: as decisões "majoritárias" representam a vontade das elites e dos governos constituídos. Conseqüentemente, as reivindicações "minoritárias" passam a ser representativas dos grupos que não estão no poder e nem conseguem transformar em leis as suas petições. Como exemplo paradigmático, temos as questões femininas que são "minoritárias" apesar das mulheres representarem quantitativamente mais da metade dos seres humanos que habitam o planeta. Elas são minoritárias diante das forças políticas em ação, têm menos representação nas instituições responsáveis pelo exercício do poder. Por tudo isso, as minorias costumam ser desconsideradas pelos regimes representativos, pelos levantamentos estatísticos e pelos interesses políticos.

Nos nossos dias, se entende por "maioria" ou "minoría" a capacidade de certos grupos sociais para fazer pressão e conseguir suas reivindicações. A força na ação política determina se as questões são majoritárias ou minoritárias. Uma minoria numérica organizada pode se transformar em uma força política majoritária.

Com a emergência da "democracia participativa" os cidadãos desenvolvem ações concretas através de movimentos sociais organizados em lugar de confiar nas ações dos políticos que os representam. Estes novos movimentos sociais têm deixado de ser "minoritários", tanto em termos numéricos como em sua capacidade de mobilização política.

Minorias étnicas e globalização cultural

Neste processo de perda das referências que cumpriam a função de definir o "eu" e os "outros", assim como definiam as respectivas relações de pertencimento dos sujeitos à sua cultura, se têm produzido reações de "resistência cultural". O processo de globalização define necessariamente um processo paralelo de "glocalização", entendida como a mistura entre o global e o local que expressa diferentes afetações no local do fenômeno global.

Neste momento, é necessário recordar que os novos paradigmas pós-modernos reconhecem a impossibilidade de fixar a realidade humana. Ela se transforma constantemente através do sempre presente diálogo entre

conceitos opostos: entre o global e o local, entre "desterritorialização" e "reterritorialização", entre estruturas estáticas e fluxos dinâmicos, entre os Estados-nação e as diásporas. A interpretação da realidade humana se constitui sempre através de uma combinação de conceitos opostos. Ela exige a existência dessa polaridade. O que varia em cada momento é o grau de presença de cada um dos pólos em relação ao outro.

A globalização vigente origina a construção de novas "localidades" (APPADURAI, 1995, 2005; CAPONE, 2004), mas nunca seu desaparecimento. O crescimento de fluxos transnacionais transforma a estrutura bipolar de centro-periferia do mundo em "poli-cêntrica". Existem transformações, mas não desaparecimentos. As culturas como manifestações desta realidade humana "construída" participam de suas características. As culturas não desaparecem, mas se transformam por contato (HANNERZ, 1987, 1992, 1996). Esta constatação determina a visão otimista da globalização, representada por aqueles que a valorizam como um fenômeno de transformação, enriquecimento e diversificação cultural. Esta visão otimista é contrária àquela dos que vêem a globalização como um fenômeno de destruição das culturas locais. A permanente dialética entre os conceitos opostos nos permite entender como as culturas locais não desaparecem, antes se transformam, criando novas localidades. Este fenômeno é cíclico na história das culturas humanas.†

Na história cultural humana a "mestiçagem" e a "hibridez" têm sido permanentes. O que podemos distinguir são períodos históricos nos quais certas culturas estão mais "mestiçadas" que outras, em função das condições específicas dos fluxos culturais. Não obstante, estas culturas menos "mestiçadas" em determinado período histórico, diferenciando-se das mais "mestiçadas", são assim mesmo, também, produtos de "mestiçagens" mais antigas. Portanto, podemos dizer que todas as culturas humanas são mestiças, híbridas. Somente podemos diferenciar os graus desta mestiçagem dentro de cada uma delas.

O fenômeno da etnicidade afeta a todo grupo humano que constrói, através da definição de elementos culturais específicos, uma identidade coletiva que o diferencia frente aos "outros" grupos (BARTH, 1969, 1984).

† Para aprofundar essa análise remeto à minha dissertação de mestrado: RIBOT CORTÉS, 2007.

Uma característica da "etnicidade" que não é muito debatida é sua constante capacidade de "reinventar-se". A reinvenção se realiza através de uma integração dos elementos culturais herdados e os construídos por interação com os outros grupos em sua adaptação ao contexto espacial e temporal específico. A "reinvenção" étnica se viu progressivamente acelerada no contexto global.

Manuel Castells (2000), falando do poder das identidades coletivas, constata que quanto mais abstrato é o poder dos fluxos globais de capital, tecnologia e informação, mais concretamente se afirma a experiência compartilhada no território, na história, na língua, na religião e, portanto, na etnia. Todavia, o fator que este autor destaca como o maior reforço da identidade coletiva diferenciada é o fenômeno da "resistência".

Um exemplo disso seria o que constitui a forte identidade catalã em contraste com outras identidades mais frágeis de comunidades étnicas e históricas do Estado espanhol frente a uma identidade espanhola. A identidade catalã moderna se reconstruiu como identidade de resistência frente a uma opressão que começou com Felipe V, no século XVIII, e alcançou seu paroxismo com o franquismo (1940-75). A conquista da sociedade catalã, mobilizada na transição democrática espanhola durante os anos 1970, foi ganhar o direito à prática cotidiana de sua identidade. Castells (2003) destaca que a maioria dos observadores em Catalunha considera que o nível atual de autogoverno é insuficiente e que ainda há muito a fazer, mas os cidadãos, e sobretudo os jovens, não sentem a necessidade de afirmar sua catalanidade cada dia, pelo simples fato de que são catalães, sabem que o são e que podem ser. No entanto, não surgiu um projeto coletivo catalão: existe um sentimento de pertencimento catalão, mas sem um projeto político majoritário de identidade coletiva catalã.

Seguindo o raciocínio do mesmo autor, a chave de um desenvolvimento fecundo das identidades coletivas é a sua transformação de resistência minoritária para um projeto político majoritário, da defesa da memória coletiva à construção comum de futuro. Sem dúvida, até agora o desenvolvimento político das identidades coletivas ressurge somente diante da negação opressora da identidade, como acontece com as atitudes arrogantes da cultura ocidental. Só assim as identidades se mobilizam, resistem e, inclusive, podem se transformar em fundamentalismos. Recordamos Castells (2000, 2003) como o desprezo das identidades historicamente

construídas é um ato irresponsável que impede a convivência em um mundo interdependente e multicultural como o que temos agora.

Podemos apreciar nessa análise do autor como as minorias étnicas, "minoritárias" diante das forças políticas em ação, através da reivindicação do respeito pelas suas identidades étnicas específicas, da resistência e da luta política, podem transformar-se em majoritárias. Assim aconteceu com os catalães, que sendo "minoritários" politicamente durante o franquismo na Espanha, conseguiram se transformar em "maioria" a partir da consolidação democrática. Esta resistência fortalece as identidades coletivas reivindicadas no respeito às diferenças étnicas.

Porém, conforme nos orienta Castells (2000, 2003), as "maiorias" étnicas já não desenvolvem estratégias políticas fundamentadas em um projeto de identidade coletiva. A verdadeira efetivação deste ainda ausente projeto político "majoritário", baseado no respeito às identidades coletivas, na valorização da diversidade étnica, poderia ser uma das chaves para construir um desejado mundo global sem discriminação, objetivo ainda não alcançado por nenhum dos projetos nem das estratégias políticas implantadas até o momento.

Minorias étnicas e desigualdade social

As diferenças culturais unem e desunem. Quando as semelhanças culturais são priorizadas entre os membros de um grupo constrói-se a identidade cultural para preservar a união social desse grupo. A identidade e o etnocentrismo são realidades presentes em todas as sociedades humanas. A seleção de aspectos pertinentes à cultura permite defini-la em contraposição ao que é distante, definindo assim mesmo esse distante. A identidade étnica e o etnocentrismo constroem discriminação e, portanto, podem fundamentar a desigualdade social.

A identidade cultural e a "discriminação étnica" são fenômenos dinâmicos que reestruturam as relações de poder de acordo com a evolução das sociedades e dos interesses dos grupos. A transnacionalização gera contatos multi-étnicos em um mesmo território. O pluralismo cultural é um fenômeno aceito por todos hoje. Entretanto, esse fenômeno oculta discursos contraditórios que constroem tanto igualdade como desigualdade social (TAGUIEFF, 1988).

Há debates hoje em que se cruzam questões como identidades coletivas, direitos dos povos e a mescla de culturas, do intercultural, do transcultural. Os discursos que propõem a igualdade, o respeito às diferentes identidades coletivas e o acesso à mescla inter-étnica e intercultural, servem a duas lógicas e dois paradigmas irreconciliáveis em seus valores: a lógica "individualista-universalista" e a "tradicional-comunitária" (MUNANGA, 1994).

Estas perspectivas são epistemologias opostas. O paradigma "individualista-universalista" reivindica os direitos humanos e denuncia as comunidades "fechadas" como "discriminatórias". Defendendo o ideal de abolir as identidades comunitárias e as tradições "particularistas" como obstáculos ao "progresso", este paradigma prescreve a mescla universal étnica e cultural. Além disso, coloca o destaque nas semelhanças. Supõe, ainda, uma visão externa do mundo, estudando as diferenças para descobrir as semelhanças: posição comparativa derivada do "distanciamento" que caracteriza a objetividade científica. É uma perspectiva individualista, mais dinâmica, e defende uma igualdade que anule as diferenças.

O paradigma "tradicional-comunitário" reivindica o direito à diferença cultural e étnica, o direito dos povos em preservar suas próprias tradições. Defende o ideal da preservação das identidades dos grupos. Esta perspectiva é contrária ao universalismo exterminador das diferenças. Colocando o foco nestas diferenças, este paradigma tem uma visão do mundo que representa grupos particulares e se preocupa com a identidade coletiva deles. É uma perspectiva comunitária, mais estática, e advoga uma igualdade que preserve as diferenças.

Independente da perspectiva adotada, o exposto aqui é a dupla temática da identidade e da diferença na possível construção de categorias sociais de exclusão. A "sacralização da diferença" pode fundamentar discursos de defesa da igualdade social, tanto como discursos de defesa da desigualdade social.

As "minorias" étnicas adotam a perspectiva "tradicional-comunitária" na elaboração de suas estratégias políticas de resistência e reivindicação. As "maiorias" étnicas tendem a se desprender desta perspectiva para adotar a "individual-universalista", em que a identidade étnica já não está na base de seus projetos políticos, porém situados mais no contexto da globalização

hegemónica neoliberal, que defende a igualdade civil e política como instrumento legitimador da desigualdade social.

A "diferença" segue sendo reivindicada pelas "minorias" étnicas, principais vítimas da desigualdade social, como medida compensatória e de luta contra a discriminação. A questão é analisar se realmente é possível construir a "igualdade na diferença" e, em tal caso, entender como, para quem, e por quem tem de ser construída essa igualdade.

Só o diálogo entre esses paradigmas opostos pode evitar o radicalismo "intolerante" e propiciar o encontro de alternativas equilibradas. Uma delas poderia concretizar-se mediante um projeto político "majoritário" baseado no respeito às identidades coletivas. Esse projeto implicaria uma valorização equitativa das diferenças culturais e uma "tolerância" flexível às mudanças necessárias para a adaptação dos diferentes modelos culturais ao contexto global.

Para realizar esse modelo alternativo de globalização sem discriminação são necessários novos paradigmas que alimentem a teoria sociológica. Nesse sentido, são muito mais favoráveis as análises comparativas "horizontais" que as verticais, tomando-se os contextos "periféricos" ideais para as observações e as investigações que buscam construir esses novos modelos de análise e interpretação da realidade social.

Minorias étnicas e desigualdade social: uma perspectiva Sul-Sul

As estratégias políticas de resistência e de reivindicação desenhadas pelas "minorias" étnicas se inserem atualmente nas ações dos Novos Movimentos Sociais **que** caracterizam as relações entre Estado e sociedade civil observáveis nas últimas décadas. Estas relações entre lutas coletivas e suas conseqüências em transformações do Estado exigem a construção de novos marcos teóricos não impositivos e sim capazes de promover e interpretar o diálogo entre conceitos opostos que permita a descrição de fenômenos novos de sociabilidade política, a exemplo dos que podem estar oferecendo as experiências brasileira e africana.

Os contextos periféricos afrontam o desafio e a esperança de construir esses modelos teóricos próprios que descrevem as especificidades de sua realidade social, como também fundamentam experiências políticas, sociais e económicas inovadoras que ajudam a compensar no "sistema mundo" os

desequilíbrios globais tão negativos para as "periferias" que definem. Nesse sentido, o "sistema mundo" está se redefinindo em uma estrutura "poli-cêntrica", com a aparição de contextos "súper-periféricos". Isto está permitindo o traçado de perspectivas Sul-Sul, "inter-semiperiféricas", alternativas aos paradigmas emanados e impostos pelos contextos "centrais".

Da perspectiva Sul-Sul, podem ser elaborados modelos e conceitos teóricos específicos, liberados do "colonialismo intelectual", que podem fornecer explicações e interpretações de novos e particulares fenômenos sociológicos manifestados nesses contextos periféricos e semiperiféricos. Para vencer este desafio e concretizar esta esperança, a periferia necessita se desprender desse "colonialismo intelectual" que, todavia, domina suas instituições acadêmicas, como também necessita se desprender do neocolonialismo político e econômico que ainda domina suas relações de poder.

Novas relações de poder podem ser concebidas e modeladas da perspectiva Sul-Sul, as quais podem supor uma transformação do "centro periférico", referente a essas elites periféricas cúmplices até agora ao "centro" para a manutenção das relações globais desequilibradas que caracterizam a globalização hegemônica estruturada em "centro" e "periferia", no Norte e no Sul.

No Brasil e na África, a reivindicação das "minorias étnicas" historicamente discriminadas pelo colonialismo ocidental e, atualmente, pela progressiva globalização hegemônica neoliberal, propõe a construção de uma sociedade civil transnacional, que combine a afirmação de lealdades étnico-culturais (VARESE, 1995). As minorias étnicas brasileiras e africanas propõem projetos políticos pluri-étnicos e pluri-nacionais que contrastam com os projetos nacionais e globais hegemônicos (BÜNFIL BATALLA, 1995).

No entanto, só uma transformação dos objetivos, interesses e vontades do "centro periférico" permitiria a oportunidade de viabilizar esse projeto político alternativo a partir do poder e possibilitaria a realização de projetos políticos "majoritários" de integração social fundamentados na pluralidade étnica.

² Quando então se implantavam projetos políticos "majoritários" de fundamentação étnica, ainda que excludentes e não integradores.

A discriminação étnica é uma idéia construída (GUILLAUMIN, 1993), uma categoria excludente que "priva o poder ao outro". Atualmente é concretizada por uma globalização "de cima" (FALK, 1993) que impõe um modelo cultural hegemônico que discrimina social e economicamente os outros modelos culturais. Em contraste, existe a sugestão da alternativa de uma globalização "de baixo", sem discriminação social e econômica, proposta pelas "minorias étnicas" em suas lutas e reivindicações políticas. A globalização "de baixo" é esboçada fundamentalmente a partir dos contextos periféricos, os quais reivindicam participar de uma globalização que contemple seus objetivos e benefícios, que inclua os interesses não hegemônicos.

A consequência disso, atualmente, o diálogo entre estas duas propostas antagônicas de globalização, poderia começar a se exprimir nos contextos semiperiféricos. Os movimentos sociais no Brasil e na África formulam estratégias políticas que objetivam uma distribuição mais equitativa do poder através da concretização de um projeto político "majoritário" com base nas identidades coletivas. A novidade do projeto decorrente deste diálogo radicaria na sedimentação de estratégias políticas "majoritárias" fundamentadas na equitativa valorização da diversidade étnica. Até agora, este tipo de estratégias só foi pensado a partir das "minorias". Reivindicá-las da "maioria" poderia ser uma fórmula alternativa e original de conceituar e modelar relações de poder alternativas, construídas a partir dos contextos semiperiféricos e periféricos para mitigar a discriminação social e econômica global sofrida pelos valores culturais não hegemônicos.

Um projeto político "majoritário" baseado na valorização equitativa das identidades étnicas poderia significar uma efetiva "igualdade na diferença", a igualdade política dos diferentes valores e modelos culturais. Também poderia significar a possibilidade de eliminar a discriminação social e econômica, seja através de uma relação simétrica entre as diferentes etnias, que garantisse acesso livre e equitativo aos recursos econômicos e culturais globais, ao conhecimento particular e universal, seja através de medidas compensatórias dos efeitos sociais negativos do "mercado" e dos interesses hegemônicos globais. Estas medidas estariam fundamentadas nos diferentes valores culturais e instituídas a partir do poder.

Porém, carecemos de experiências de implantação plena de um projeto político com essas características, que permitam validar a hipótese

de seus resultados benéficos. Isso ocorre porque, partindo do poder político "majoritário", os projetos políticos de integração social fundamentados na identidade e diversidade étnica são subordinados ao paradigma "individual-universalista", manipulado pelo neoliberalismo orientador da globalização hegemônica.

Os países periféricos e semiperiféricos afrontam o desafio e a esperança de construir as primeiras experiências de projetos políticos "majoritários" com base na pluralidade étnica, decorrentes de um diálogo que, coordenado entre os paradigmas "individual-universalista" e "tradicional-comunitário", harmonize interesses globais e locais. Estas experiências originais permitiriam comprovar seus hipotéticos benefícios sociais.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun, 1990. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. *Public Culture*, Madrid: Espasa Calpe, v. 2, n. 2, p. 1-24.

_____. 1995. The Production of Locality. In: FARDON, R (ed.). *Counterworks*. Londres: Routledge.

_____. 2005. *Après le colonialisme*, Paris: Payot.

BARTH, Fredrik, 1969. *Ethnic Groups and Boundaries*. Oslo: Universitetsforlaget.

_____. 1984. Problems in Conceptualizing Cultural Pluralism, with Illustrations from Somar, Oman. In: MAYBURY-LEWIS, D. (ed.). *The Prospects for Plural Societies*. Washington, D.e.: The American Ethnological Society.

BONFIL BATALLA, G. 1995. Diversidad y democracia: un futuro necesario. In: GRÜNBERG, G. (Org.). *Articulación de la diversidad: pluralidad étnica, autonomías y democratización en América Latina*. Quito: Abya-Yala.

CAPONE, Stefania. 2004. A propos des notions de globalisation et de transnationalisation, *Civillisations*, Bruxelles, v. 51, n. 1-2, p. 9-22.

CASTELLS, Manuel. 2000. *O poder e a identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. "EI valor de la identidad". *EI País*, Madrid, 18.02.2003. Disponível em: <<http://www.globalizacion.org/opinion/CastellsNacionalismo.htm>>. Acesso em: setembro 2008

FALK, R. 1993. The making of global citizenship. In: BRECHER, I.; CHILDS, J. 8.; CUTLER, I. (org.). *Global visions: beyond the new world order*. Boston: South End Press.

FOUCAULT, Michel. 1981. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.

FRIEDMAN, Jonathan. 1994. *Cultural Identity and Global Process*. Londres: Sage.

GEERTZ, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GUILLAUMIN, C. 1993. "Ya lo sé, pero..." o los avatares de la noción de raza. *Archipiélago*, Barcelona, n. 12, p. pags. 52-60.

HANNERZ, Ulf. 1987. The World in Creolisation. *Africa*, Stockholm, n. 57, p.546-559.

_____. 1992. *Cultural complexity*, New York: Columbia University Press.

_____. 1996. *Transnational Connections*. Londres: Routledge.

HARVEY, David. 2001. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

LATOUCHE, Serge. 2005. *L'occidentalisation du monde*. Paris: LaDécouverte.

MUNANGA, Kabengele. 1994. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: PARIS SPINK, M. I. (org.). *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez.

RIBOT CORTÉS, Fernando. 2007. *Globalisation et Transnationalisation religieuse: enjeux théoriques, exemples pratiques*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Département d'Anthropologie - ULB, Bruxelles, Belgique.

VARESE, S. 1995. Pueblos indígenas y globalización en el umbral del tercer milenio. In: GRÜNBERG, G. (org.). *Articulacion de la diversidad: pluralidad étnica, autonomías y democratización en América Latina*. Quito: Abya-Yala.